EDITORIAL

Temos a honra de trazer ao público o volume 5, número 1 da Revista Serviço Social em Debate, vinculada ao curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de Carangola.

A edição atual da revista, intitulada “Ameaça à proteção integral e o desafio no trabalho com crianças e adolescentes e jovens”, tem por objetivo reunir artigos que sejam resultado de pesquisas acadêmicas e de experiências de trabalho, no contexto de três décadas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O fortalecimento do Serviço Social e de outras áreas interdisciplinares passa também pela socialização do conhecimento crítico que contribua para dar visibilidade às contradições e aos dilemas na efetivação dos direitos infanto-juvenis no Brasil.

A concepção de proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil tem seu marco legal na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foi a partir dos avanços normativos no plano internacional, com a Convenção dos Direitos das Crianças (CDC), e da mobilização de diversos sujeitos sociais que o Estado, tensionado por forças políticas, inclusive de crianças e adolescentes, reconheceu esse segmento como sujeito de direitos e prioridade absoluta na consecução de políticas públicas. No entanto, a afirmação de tais direitos veio na contramão da trágica crise do capital, que trouxe nas décadas que se seguiram, rebatimentos na configuração do Estado e das políticas sociais, como parte de um conjunto de medidas de ajuste neoliberal que justificaram as mudanças de monta ocorridas nos processos produtivos, impactando nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora de nosso país, com retrocessos e perda de direitos.

Ao longo de três décadas de existência do ECA, muitas foram as conquistas alcançadas em favor dos direitos de crianças e adolescentes. O que possibilitou o surgimento de um sistema de proteção e garantia de direitos que se articula por meio das diferentes entidades, governamentais e não governamentais, cuja finalidade é de promover, defender e controlar a efetivação integral dos direitos de crianças e adolescentes. Entretanto, o terreno no qual se busca a efetivação destes direitos, é permeado pela luta de classes e estruturado

a partir de relações sociais desiguais, engendradas pela expropriação da força de trabalho no modo de produção capitalista, pelas relações hierárquicas de gênero, pelo racismo, pela LGBTQIA+fobia e por outras discriminações relacionadas às etnias, às pessoas com deficiência ou mesmo pela ocupação de determinados territórios.

A exploração do trabalho infantil, o superencarceramento, a eliminação física nos conflitos armados, o abuso e a exploração sexual, a pobreza e a fome são algumas das expressões destas desigualdades enfrentadas pelo sistema de garantias de direitos, cujas ameaças e desafios, além daqueles já colocados, passam pela superação da fragmentação das ações do Estado e da desarticulação das diversas instituições.

Nas disputas de projetos societários, a hegemonia do projeto conservador vai de encontro aos pressupostos da Seguridade Social constitucional e do Estatuto da Criança e do Adolescente e isso se expressa, não apenas, por meio de posicionamentos autoritários, como na articulação para aprovação de Emendas Constitucionais, portarias e decretos que alteram a dimensão protetiva das políticas e programas sociais e que acenam para criminalização de segmentos da classe trabalhadora, para a continuidade de práticas punitivas e que tratam a pobreza de maneira populista e clientelista, sem transformar as estruturas desiguais do país.

A crise política e econômica, evidenciada na segunda década do século XXI e materializada com o retrocesso de direitos e o desmonte das políticas sociais, foi agravada com crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19 evidenciando um contexto cruel para a vida de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Sendo assim, como parte da comunidade universitária e do conjunto de profissionais do Sistema de Garantia dos Direitos, entendemos que os artigos aqui publicados dão continuidade aos esforços empreendidos em edições anteriores e contribuem para o aprofundamento das reflexões sobre o público infante juvenil.

Os 17 artigos desta edição configuram um dossiê sobre a situação da infância, da adolescência e da juventude, sob as determinações atuais do capitalismo e de uma história alicerçada na violência da escravidão.

Os quatro artigos que abrem a revista: **“Dos livres e dos cativos – breves apontamentos sobre a história das crianças no Brasil”**; **“Crianças e adolescentes em situação de rua: sujeitos de direitos?”**; **“Reformas legislativas: uma ameaça a proteção integral de crianças, adolescentes e jovens”**; **“Racismo é maus-tratos: o ECA e a proteção às crianças negras”**, abordam as determinações históricas da violência e do racismo na formação social, política, econômica e cultural no Brasil. Dentre as temáticas, temos inicialmente breves apontamentos sobre liberdade, abandono e encarceramento, mediante o acúmulo teórico e a vasta produção do conhecimento sobre a história da assistência à infância no Brasil, mostrando como o paradoxo da proteção parece se repetir como tragédia no atual contexto social. A realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, é abordada a partir de uma retrospectiva, de como esse fenômeno se tornou visível e perturbador, explicitando a face da desigualdade social e racial, nos provocando ao questionamento sobre o significado da noção sujeitos de direitos. Dentre estas contradições, as reformas legislativas são analisadas, suscitando o questionamento, se estas, dentro da dinâmica das relações de poder, estão contribuindo para fortalecer as bases da proteção integral o público em questão ou operam numa lógica inversa? O debate sobre a violência que se expressa pelo racismo é também abordado na análise da influência do mesmo nas práticas institucionais de acolhimento e nos processos de adoção, e as possibilidades de enfrentamento a partir da ideia de proteção social preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. São discussões fundamentais e que exigem a reflexão crítica por parte de toda a sociedade.

Na sequência, os sete artigos: **“Programa Família Acolhedora e o direito à convivência familiar e comunitária”**; **“Acolhimento institucional: entre a proteção e a violação de direitos”**; **“Proteção tem cor: problematizando o acolhimento institucional de crianças e adolescentes negros”**; **“Critérios sanitários dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”**; **“Ideologia e trabalho infantil”** e **“Serviço Social e a produção de conhecimento sobre o trabalho infantil”**, sinalizam as dimensões teóricas da ideologia como uma potente expressão da dominação capitalista e da manutenção de interesses das classes dominantes. Mesmo depois de três

décadas do ECA, a exploração do trabalho infantil permanece como uma preocupação e, diante das violações de direitos, como estão organizadas as estratégias de proteção e convivência familiar. As contradições do capitalismo se expressam na configuração das políticas sociais e nelas se revelam, ao mesmo tempo, a proteção e desproteção social. E, no bojo dessa discussão, os novos e velhos dilemas das unidades assistenciais que abrigam e acolhem crianças e adolescentes, exigindo práticas humanizadas que rompam com o machismo, o racismo e a incorporação de critérios sanitários que contribuam efetivamente para o desenvolvimento físico, social e psicológico de crianças e adolescentes.

Os últimos seis artigos: **“Juventudes e violência: vidas não merecedoras de vida”**; **“ As regras ‘da sociedade deles e da nossa’: mapeando continuidades e discontinuidades da internação à semiliberdade”**; **“A escolarização de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e os desafios à proteção integral”**; **“ O Serviço Social nas medidas socioeducativas: desafios postos ao exercício profissional no município de Caucaia-CE”**; **“A notificação compulsória no enfrentamento da violência contra crianças e adolescente”**; **“Violência sexual no CREAS Mossoró-RN: contando casos, mostrando números”** e **“Agenda antigênero e a mobilização de políticas para infância na era bolsonarista”**, trazem uma abordagem atual acerca dos desafios para garantia de direitos fundamentais e sobre exercício profissional nas políticas sociais. A linha de argumentação que conjuga a maior parte das reflexões trata da violência e das múltiplas expressões da “questão social” e, nesse sentido, como os protocolos e os fluxos do atendimento de atendimento estão sendo implementados, como a violência vem sendo enfrentada e problematizada e de que maneira tem sido efetiva as medidas socioeducativas. Na trincheira de enfrentamento às propostas de “escola sem partido” a agenda que discute as relações sociais de gênero, nas várias políticas sociais, tem sido dificultada pelas forças conservadoras e isso repercute nas formas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Por fim, essa revista cumpre um papel acadêmico de resistência ao enfatizar estratégias coletivas de enfrentamento às múltiplas formas de violência

e expressões da “questão social”. A legitimidade social dessa edição expressa, ao mesmo tempo, a confiança de profissionais e pesquisadores(as) do país, que buscam ampliar os canais para produção do conhecimento crítico, bem como a divulgação de um importante instrumento no fortalecimento da proteção integral de crianças, adolescentes e jovens que, mesmo diante de forças reacionárias, violações e desestruturação de direitos, ainda sonham, como cantou Gonzaguinha, com a manhã desejada.

Ebe Campinha dos Santos, UFF, Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social de Niterói.

Fábio do Nascimento Simas, UFF, Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social de Niterói.

Rodrigo Silva Lima, UFF, Curso de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, Departamento de Serviço Social de Niterói